

## Dívida sem Patrono

22 JUL 1985

**A** politização da dívida externa é o que propõe o Governador de São Paulo, a pretexto de montar um suporte social para o Brasil negociar com o Fundo Monetário Internacional. O Sr Franco Montoro acredita possível repetir o êxito da campanha de rua em favor da eleição presidencial direta porque vê apenas um lado e negligencia o outro. Levar a dívida externa para os comícios é mais fácil do que mantê-la sob controle: o aspecto emocional e a interferência ideológica podem, no entanto, produzir a mistura de alto teor explosivo e arrebentar nas suas mãos. Ou na sua hipótese de candidatura. A quem aproveita, senão aos radicais que defendem o calote, a inoportuna idéia?

A opinião pública tem-se modificado a respeito da questão. Uma pesquisa — confrontando os dados de 1983 e os sentimentos atuais da sociedade — registra em dois anos uma variação pequena: 80% dos brasileiros continuam favoráveis a que o Brasil honre integralmente os seus compromissos financeiros internacionais. É o que conta como expressão da maioria. A diferença de 6% em dois anos em nada altera o sentimento predominante: o fato de que tenham caído de 53% para 45% os que concordam que o Brasil recorra ao FMI mantém o sentido de compromisso de honra em relação à dívida. Os 16% a favor de qualquer das formas de não pagar continuam a exprimir uma parcela mínima.

É a esses, no entanto, que a politização do problema favorecerá com a oportunidade recomendada pelo Sr Franco Montoro. Que ajuda poderiam dar ao Governo Sarney, na hora de renegociar com os credores? Seguramente nenhuma. Os radicais, sim, é que receberiam a permissão para desfraldar as bandeiras ideológicas e tumultuar a questão. Se o Governo brasileiro se dispuser

a enrijecer em termos políticos a negociação econômica, o resultado não será econômico e sim político. Melhor, ideológico. As consequências mais graves recairiam sobre a sociedade e o Governo. E, nas mãos dos radicais, as dificuldades criariam facilidades com que não contavam para as eleições deste ano e do próximo.

É mais fácil imaginar o que seria uma eleição para prefeitos de capitais conduzida sob a bandeira da dívida externa: a **felicidade** municipal ia ser apresentada como consequência do calote internacional. E a Constituinte a ser eleita em 86? Em matéria de politização, a dívida interna — que diz respeito à vida diária dos brasileiros — merece prioridade, mas não tem patronos dispostos a levá-la a comícios. A inflação é que precisa ouvir os brasileiros e mobilizar a opinião pública sobre a melhor forma de ser combatida, e não mantida.

O Governador de Pernambuco entende, ao contrário do Governador de São Paulo, que não é preciso correr o risco de transformar em matéria de comício a dívida externa, porque pode se prestar “a ser utilizado para outros fins”. Os apologistas sistemáticos do calote não são interessados em consolidar a via democrática e muito menos em calçar o Governo Sarney. O Sr Roberto Magalhães lembra que os Governadores já se definiram por “uma negociação firme e exprimiram um sentimento significativamente majoritário.”

A politização da dívida externa — não se engane o Governador Montoro — não lhe criaria facilidades à eventual candidatura à sucessão presidencial de 88. A possibilidade de continuar presidencializável passa primeiro pela eleição do Prefeito da Capital de São Paulo e, em segundo lugar, pelo julgamento da sua obra de Governo.